## FRANCISCO IGLÉSIAS E AS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL: NOTAS SOBRE UM DISCURSO HISTORIOGRÁFICO

Alessandra Soares Santos\*

**RESUMO:** Este trabalho pretende apresentar os resultados preliminares da análise das obras do historiador Francisco Iglésias (1923-1999) sob o ponto de vista da Teoria e da História da Historiografia. Pretendemos refletir sobre como este autor construiu o seu discurso sobre a história e, ao mesmo tempo, como este discurso ofereceu elementos para delimitar o próprio campo desta disciplina no Brasil e, em especial, em Minas Gerais. Consideramos que a crítica historiográfica da sua produção no campo da História Econômica, da História de Minas e da História da Historiografia, publicada entre as décadas de 1950 e 1990, pode ser uma porta de entrada para o debate acerca das interpretações da história mineira e brasileira, e para a discussão da especificidade da ciência histórica no contexto da institucionalização do curso de História em Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia brasileira – Historiografia mineira – Francisco Iglésias

**ABSTRACT:** This paper presents preliminary results from Francisco Iglésias' production analysis under the terms of Theory and Historiography History. Our aim is to examine how this author built his speech about history and, at the same time, how this speech offered elements to delimit the field of this discipline in Brazil and, specially, in Minas Gerais.

**KEY-WORDS:** Brazilian historiography history – Francisco Iglésias

Qual a relação entre a pesquisa empírica e a teoria da história? O historiador pode compreender seu objeto sem que esteja ancorado numa teoria histórica? A teoria pode se impor sobre a documentação e sistematizar a experiência vivida? A experiência vivida pode ser apreendida sem que uma teoria direcione o olhar do historiador? A querela *empiristas x teóricos* ainda hoje alimenta entre os historiadores discussões que mais parecem um diálogo de surdos. Aqueles que priorizam a pesquisa empírica e documental tendem a desprezar a discussão teórica; aqueles que se dedicam às reflexões teóricas se negam a aceitar o apoio documental. Essa recusa recíproca pode tornar estéril a produção de ambos, perdendo com isso o próprio conhecimento histórico.

Se ainda hoje essa dicotomia não foi totalmente superada, não surpreende que durante as décadas de 1950 e 1960, a prática historiadora no Brasil tenha sido marcada por estes dois caminhos supostamente distintos: o da teorização e o do empirismo. No discurso oficial dos tradicionais institutos de pesquisa (IHGB, ABL etc.) ou nos currículos e nas leituras feitas nas salas de aula dos incipientes cursos de graduação em História, a concepção narrativa era limitada aos fatos, essencialmente descritiva, reveladora do exaustivo trabalho do agir

1

Doutoranda em História na UFMG. Bolsista CAPES. Professora Assistente temporária do Departamento de História da UFMG.

empírico. Essa forma tradicional de conceber a natureza do ofício do historiador e o próprio ensino da História se contrapunha a uma visão que buscava a descoberta das ligações entre os fatos, a compreensão interior da matéria documental e o conhecimento dos problemas históricos. Sobre essa vertente renovadora, atenta ao rigor metodológico e consciente de suas filiações teóricas, recaía a influência da Escola dos *Annales* ou da perspectiva teórica marxista. Apresentava-se a tendência a uma história estrutural, crítica, inovadora em relação às fontes e, principalmente, baseada em pressupostos teórico-metodológicos mais ou menos explícitos (FALCON, 1996).

Durante esse processo de reorganização da estrutura universitária, portanto, houve uma reconfiguração de vários aspectos do campo disciplinar da História com influência em suas práticas investigativas e narrativas, bem como em sua interpretação do processo de formação da civilização brasileira (CÔRTES, 2008). Esse foi o momento da "segunda revolução historiográfica", onde pensadores como Raymundo Faoro, Antônio Cândido, Celso Furtado e Florestan Fernandes, entre outros, apresentaram seus trabalhos na esteira dos grandes intérpretes do Brasil dos anos 1930, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. Alguns temas abordados nesse período já estavam consolidados: a busca de um identidade e uma cultura própria para o Brasil e as condições do país para a modernização. Entretanto, o processo histórico brasileiro foi interpretado através de novas abordagens que privilegiavam os conflitos de classe e os entraves estruturais que impediam o desenvolvimento econômico e social do país. As condições e perspectivas criadas pelo pensamento brasileiro anterior já não respondiam aos novos problemas da época: o da transição da sociedade baseada no capitalismo agrário para a sociedade baseada no capitalismo industrial, o das relações de produção no campo e nas cidades, o da consciência nacional, o do imperialismo e o da relação entre as classes e o Estado. Era preciso reinterpretar o Brasil (REIS, 1999).

Foi nesse contexto que Francisco Iglésias iniciou uma obra historiográfica que pode ser considerada como uma das mais fecundas produzidas na universidade brasileira. Suas reflexões sobre teoria e metodologia, sobre o ofício de historiador, sobre o que é a História e sobre os rumos do processo histórico brasileiro aconteceram no mesmo momento em que os cursos de História foram institucionalizados e ganharam contornos próprios, visando à profissionalização. Ele integrou a primeira turma do curso de História e Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo se formado em 1945, e fez parte do grupo de historiadores das décadas de 1950 e 1960 que foram responsáveis pela efetiva profissionalização dos estudos históricos no Brasil e, em especial, em Minas Gerais.

Filho de imigrantes espanhóis, Francisco Iglésias nasceu em Pirapora (MG), em 1923. Pela própria origem familiar (seu pai era um mecânico ferroviário interessado pelas lutas socialistas e pela guerra civil espanhola), a história e a política apareceram muito cedo em sua vida. Vivenciou e combateu duas ditaduras, a de Getúlio Vargas e Militar. Filiou-se ao PCB, mas decepcionou-se com a descoberta do stalinismo e abandonou a militância partidária. Estudou no Ginásio Mineiro e integrou a primeira turma do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Minas Gerais. Teve uma participação atuante no Diretório Acadêmico da Faculdade, na União Estadual dos Estudantes e na Associação dos Escritores Mineiros. Em 1945, participou do I Congresso Brasileiro de Escritores, promovido com o intuito de combater o já decadente Estado Novo e garantir a liberdade de expressão. Manteve contato com intelectuais de diferentes regiões do Brasil, representantes de diferentes visões teóricas sobre a atividade intelectual e sobre a cultura brasileira.

Conhecido por sua enorme erudição, por seu conhecimento apurado da linguagem e por seu espírito crítico refinado, Francisco Iglésias era aberto a uma diversidade de interesses intelectuais e essa característica pode ser percebida em sua vida e em suas obras. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG entre 1949 e 1982, ele próprio viveu a interdisciplinaridade. É estranho que ele não tenha feito parte do corpo docente do departamento de História, mas isso se explica pela frustração de ter visto a cadeira de História do Brasil ser transformada em moeda de troca de favores. Ela foi entregue a um advogado protegido do senador Mello Vianna, responsável pela federalização da universidade. Essa permanência de pessoas sem preparo especializado nos domínios da universidade e dos estudos históricos nunca foi muito tolerada por Iglésias. Sua obra é recheada de críticas aos "amadores" que, segundo ele, não percebem que a ciência histórica é trabalho para os que dominam as técnicas e metodologias da disciplina.

Embora tenha elaborado trabalhos relevantes na década de 1940, publicados em revistas especializadas enquanto ainda cursava a graduação, foi na década de 1950 que sua carreira acadêmica começou como professor de História Econômica Geral e do Brasil no curso de Economia. Nesse contexto, Francisco Iglésias teve que lidar com as pressões de

\_

Em entrevista a Maria Efigênia Lage de Resende, Francisco Iglésias narra e avalia ironicamente o episódio: "O Mello Vianna disse ao Alvim que tinha um amigo advogado brilhante e que seria um excelente professor da disciplina. Lógico, não é? Quem não domina ciência nenhuma pode muito bem ser professor de história do Brasil! Afinal todo mundo já ouviu falar na Marquesa de Santos, no Tiradentes, no Pedro Álvares Cabral. Não pode é ser professor de oftalmologia, de cirurgia facial... Vejam que azar o meu! Fiquei muito frustrado, mas pouco depois recebi um telefonema do Yvon Magalhães Pinto me convidando para ser assistente na Faculdade de Ciências Econômicas". (RESENDE, 1998)

várias linhas de força que atuaram na produção historiográfica até a década de 1970 e que, em síntese, problematizaram o caráter singular da modernidade no Brasil. De um lado, intelectuais identificados com os ideais do nacionalismo e com a descrição de um processo de autonomia e emancipação na história do Brasil em direção a uma crescente superação do atraso colonial e do subdesenvolvimento. De outro, um grupo de cientistas sociais e historiadores responsáveis pela reorganização da estrutura de ensino e pesquisas acadêmicas, cujas preocupações giravam em torno das estruturas profundas que enraizavam o duradouro sistema colonial na história do Brasil (CÔRTES, 2008).

As diferenças teórico-metodológicas surgidas no interior dos embates entre essas perspectivas historiográficas levaram a uma maior especialização dos historiadores e a uma fragmentação da sua identidade (FALCON, 1996). Por outro lado, segundo Côrtes (2008), é dentro desse embate geracional entre dois paradigmas cognitivos — historicismo e estruturalismo — que a atual cultura histórica brasileira teria se constituído como campo disciplinar e organizado o sistema acadêmico vigente de forma profissional e democrática. Sendo professor e pesquisador da área de História na Faculdade de Ciências Econômicas, como Francisco Iglésias se posicionou no debate historiográfico desta época? Como ele construiu o seu discurso sobre a História? Como ele sistematizou e interpretou o processo histórico mineiro e brasileiro?

Consideramos que a produção historiográfica de Francisco Iglésias representou para a historiografia mineira esse momento de profissionalização e democratização da nossa vida intelectual. Foi a partir de sua ação docente e de suas publicações no campo da história que se conformou uma identidade intelectual entre os jovens cientistas sociais e historiadores mineiros. Nossa hipótese é que a "cultura historiográfica" em Minas Gerais se consolidou em torno de três pilares principais, por cuja fundação Francisco Iglésias foi responsável. Ele ofereceu aos intelectuais mineiros as perspectivas orientadoras de seus trabalhos através da: 1) apresentação de novas teorias (por exemplo, a dos *Annales*) que deram outro significado à experiência vivida; 2) constituição de regras metodológicas concretas e da ideia de uma necessária ruptura epistêmica com o senso comum a fim de proporcionar a neutralidade científica; e 3) definição de uma função social para o conhecimento histórico.

Transitando por vários campos das ciências sociais e por diferentes centros acadêmicos, Francisco Iglesias talvez tenha sido o historiador mineiro que, em sua época, mais se destacou nacionalmente. Ele era visto como uma "ponte entre tribos acadêmicas" e circulava à vontade por entre o fogo cruzado das vaidades e divergências da vida intelectual no país (CARVALHO, 1989). Mas tendo permanecido em Minas, ele deu instrumentos

teóricos para os historiadores daí, "traduzindo", ou seja, tornando em linguagem mais clara, as obras de filósofos, economistas e cientistas sociais que formaram uma geração de historiadores mineiros.

Ao mesmo tempo em que Francisco Iglésias fez a defesa da utilização do instrumental teórico das demais disciplinas das ciências sociais pelos historiadores, ele reafirmou a necessidade da base empírica, da investigação de arquivo, da prova documental que leva à verdade histórica. Seu objetivo era libertar a história do diletantismo e do autodidatismo através de uma compreensão maior dos métodos e teorias que se impõem à ciência histórica. A prática da interdisciplinaridade o ajudou a perceber melhor o trabalho do historiador, pois, indo para as ciências econômicas, ele passou a ter contato com uma ciência social mais objetiva, mas próxima do ideal científico da mensuração e da objetividade.

Paralelamente a essa articulação entre a pesquisa empírica e a teoria, a obra de Francisco Iglésias representou para a historiografia brasileira um ponto de contato entre a perspectiva dos *Annales* e o marxismo. Desde a década de 1950, em um contexto marcado pela explicação da realidade através de teorias monocausalistas ou de fatores predominantes, no momento mesmo em que o pensamento marxista ganhou autonomia teórica, as reflexões de Francisco Iglésias já incorporavam a noção de totalidade e de interdisciplinaridade dos *Annales*, sobretudo influenciadas pelas leituras de Marc Bloch.

Na tentativa de conjugar a análise das estruturas econômicas com o conhecimento do particular e do que era regional, sua "fórmula" era tratar o pormenor com a perspectiva geral. O historiador deveria ter sensibilidade para entender o particular dentro do todo. Consideramos que o seu fascínio pelas propostas de periodização – ele criou uma nova periodização para a história republicana do Brasil, para a história de Minas, para o processo industrial do Brasil, para a história da historiografia brasileira – o levou a selecionar os eventos que indicariam os marcos dessa relação entre o particular e o todo.

E foi assim que Francisco Iglesias pensou o mundo brasileiro: necessariamente ligado ao contexto que o país fazia parte, o mundo americano e a Europa. A história brasileira teria sido sempre um reflexo do que acontecia em outros centros. O crescimento ou o retrocesso, a estagnação ou os impulsos, tudo decorreria da conjuntura internacional que comandaria a vida brasileira. A história colonial e imperial foi pensada no contexto das idéias predominantes na Idade Moderna européia, entre os séculos XV e XVIII, o Mercantilismo e o Iluminismo. A colonização portuguesa foi analisada em contraste com a colonização espanhola; a monarquia foi vista no contexto do republicanismo do continente americano.

Da mesma forma que a história nacional deveria ser pensada em um contexto mais

amplo, a história de Minas Gerais também só poderia ser entendida na sua relação com a história do Brasil. Ele lamentava a carência de estudos mineiros, o que contrastava com a importância econômica e política do Estado no contexto nacional. Sustentamos que Francisco Iglesias contribuiu não só para a profissionalização do fazer historiográfico em Minas Gerais, já que foi um dos primeiros historiadores a ter uma formação universitária no Estado, mas também para a abordagem de novos objetos e para uma nova interpretação da história mineira. Em sua época, ele representava o ponto de vista da historiografia de Minas Gerais frente à hegemonia das historiografias carioca e paulista.

Em seu primeiro livro, *Política econômica do governo provincial mineiro* (1835-1889), escrito para a obtenção do título de livre-docência em 1955 e publicado em única edição pelo Instituto Nacional do Livro em 1958, ele inaugurou uma nova perspectiva de análise histórica ao privilegiar a economia mineira do século XIX como objeto de estudo. Até então, os trabalhos realizados sobre a economia em Minas se concentravam no período do "ciclo do ouro", pois acreditava-se na sua decadência após a crise da mineração no final do século XVIII. Entretanto, os estudos de Iglésias apontaram para um reestruturação econômica baseada principalmente na agricultura e na pecuária após esta crise (IGLÉSIAS, 1970). Apesar da sua interpretação inovadora não ter tido grande repercussão na época, já que prevaleceu a noção da "decadência generalizada" de Minas Gerais defendida por Celso Furtado, ela foi resgatada nos anos 1980 e norteou pesquisas histórico-econômicas que evidenciaram o dinamismo da economia mineira oitocentista.

A originalidade de Francisco Iglésias também pode ser ressaltada na sua reflexão sobre o próprio ofício, que foi uma das marcas do seu trabalho. A preocupação em enquadrar seus referenciais teóricos e metodológicos, em justificar suas escolhas temáticas e explicitar suas posições políticas já se revela em suas primeiras publicações. Em *Introdução à historiografia econômica*, publicado em 1959, aparece o seu diálogo crítico com autores clássicos como Oswald Spengler, Arnold Toynbee, Henri Berr e Benedetto Croce, bem como a sua sintonia com o debate da historiografia francesa em torno das questões da interdisciplinaridade e da totalidade levantadas pela Escola dos *Annales*. É dentro desse debate que o seu estudo pode ser localizado. Essa obra repercutiu nos meios acadêmicos brasileiros e influenciou a formação de futuros grandes historiadores. Segundo Maria Efigênia Lage de Resende, foi através deste livro que muitos historiadores firmaram suas bases conceituais para o entendimento da historiografia (RESENDE, 2001).

Atento às questões do seu presente, Francisco Iglésias não se eximiu do debate político e intelectual de sua época. Ao publicar *Periodização do processo histórico industrial no* 

*Brasil*, em 1963, ele demonstrou a sua preocupação com o ritmo acelerado da industrialização brasileira e o progressivo abandono do campo. O debate em torno da transição da sociedade baseada no capitalismo agrário para a sociedade baseada nos capitalismo industrial era ardente nessa época e Iglésias não deixou de dar a sua contribuição. Segundo Resende, esse livro foi utilizado por muitos anos em quase todas as melhores universidades do Brasil, o que torna o seu estudo ainda mais relevante.

Quase dez anos após o fim da Ditadura Militar no Brasil, no momento mesmo em que a sociedade brasileira organizava a sua vida democrática e se decepcionava com os rumos do governo do primeiro presidente eleito após a ditadura, Francisco Iglésias enfatizou a sua preocupação com os caminhos traçados pela política brasileira e publicou o livro *Trajetória política do Brasil (1500-1964)*, em 1993. Aparece nessa obra de síntese a sua fidelidade ao todo a partir dos estudos especiais. Se a historiografia brasileira já possuía nessa época um número relativamente grande de estudos monográficos, faltava uma síntese que pudesse interpretar a História do Brasil em seu conjunto. Com esta obra recente, Iglésias se filia definitivamente ao grupo dos grandes intérpretes que lançaram seus amplos olhares à História do Brasil.

Suas considerações sobre o discurso da história e sua posição no contexto das ciências sociais demonstram o quanto ele esteve sintonizado com as tendências que marcariam os rumos da historiografia brasileira. Sua visão crítica da historiografia o levou a ser um dos primeiros historiadores brasileiros a tomar a produção historiográfica nacional como objeto de pesquisa histórica, isto é, a produção historiográfica brasileira foi analisada por ele tendo em vista não apenas o passado que representava, mas a especificidade do pensamento histórico brasileiro em cada época. Selecionando e analisando os mais significativos historiadores brasileiros, Francisco Iglésias configurou um "sentido" para esta produção, traçando os rumos da história da historiografia no Brasil.

Seguidor de José Honório Rodrigues, ele faz da História das Idéias e da reflexão sobre a História da Historiografia uma presença constante em sua obra. Em *História e Ideologia*, livro publicado em 1971 e composto por uma coletânea de ensaios inéditos e outros escritos a partir de 1945, e em *Historiadores do Brasil*, obra póstuma publicada em 2000, bem como em diversos trabalhos publicados em revistas especializadas, prefácios e capítulos de livros, ele traçou os rumos da história da historiografia brasileira e deu sentido à trajetória dos historiadores brasileiros. Ele se dedicou ao estudo das obras de Jackson de Figueiredo, Oliveira Vianna, Joaquim Nabuco, Pandiá Calógeras, Celso Furtado, Fernando Pessoa, Antônio Cândido, José Honório Rodrigues, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda,

Diogo de Vasconcelos, entre tantos outros. Abordar sua obra é, também, penetrar no mundo das interpretações do Brasil que configuraram o tempo histórico brasileiro.

A análise da obra de Francisco Iglésias, portanto, é uma porta de entrada para o exame de momentos importantes da historiografia brasileira. Ela deve ser tomada não só como um registro das mudanças que ocorriam no campo dos estudos historiográficos no Brasil entre as décadas de 1950 e 1990, mas também como um roteiro que nos permite transitar por uma seleção de autores e obras que acabaram constituindo o panteão historiográfico brasileiro. Consideramos que através da seleção, da organização e da periodização dos textos que delinearam a escrita da história no Brasil, Francisco Iglésias contribuiu para a "canonização" de determinados autores da historiografia e ajudou a construir uma identidade para o discurso histórico brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOSCHI, Caio César. "Francisco Iglésias e Minas Gerais". In PAULA, João Antonio de (org.). *Presença de Francisco Iglésias*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. "Francisco Iglésias, crítico de História". Revista do Departamento de História da UFMG, 1989, pp. 180-184.

CÔRTES, Norma. "Debates historiográficos brasileiros: a querela contra o historicismo". In MOLLO, Helena Miranda *et alli* (orgs.). *A dinâmica do Historicismo*: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argymentym, 2008. p. 229-243.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação.* São Paulo: EDUSC, 2002.

FALCON, Francisco. "A identidade do historiador". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.9, nº 17, 1996.

IGLÉSIAS, Francisco. Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889). Rio de

KOSELLECK, Reinhart. Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993. LINHARES, Maria Yedda Leite. "Lembrança de Francisco Iglésias". In PAULA, João Antonio de (org.). Presença de Francisco Iglésias. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001. MALERBA, Jurandir. "Em busca de um conceito de historiografia". Varia História. nº 27, p. 27-47, Jul./2002. (org.) A história escrita: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. NOVAIS, Fernando. "Francisco Iglésias e a Historiografia". In PAULA, João Antonio de (org.). Presença de Francisco Iglésias. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001. PAULA, João Antonio de. "Trajetória do historiador Francisco Iglésias". Nova Economia, vol. 5, n. 1, pp. 9-19, 1995. \_\_\_\_\_ (org.). Presença de Francisco Iglésias. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001. \_. "A obra de Francisco Iglésias: ponto de encontro entre os intelectuais e o povo". In LOPES, Marcos Antônio (org.). Grandes nomes da História Intelectual. São Paulo: Contexto, 2003. REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2000. \_. História & Teoria:historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003. . As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim - A favor do Brasil: Direita ou Esquerda?. Rio de Janeiro: FGV, 2006. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. "Homenagem ao Professor Francisco Iglésias". Varia Historia. Belo Horizonte, nº 17, março/1997. \_\_\_. "Francisco Iglesias". In: SBPC. Cientistas do Brasil, depoimentos. São Paulo: SBPC, 1998. . "Francisco Iglésias: vida e obra". In PAULA, João Antonio de (org.). Presenca de Francisco Iglésias. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001. RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. Tomo I. Campinas: Papirus, 1994. RODRIGUES, J. Honório. Teoria da História do Brasil: introdução metodológica. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

. História da História do Brasil. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, v. I, II/1 e

II/2: 1978-1988.